



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil

Registro: 000728-044/2026

Área: Eleitoral

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso - Rua 4, Quadra 11, N° 237 - Centro Político Administrativo

Assunto: Recomendação
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada

Requerido: A apurar - Ni

Assunto: Recomendação
Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - Sistema SIMP

Gerado em: quinta-feira, 07/05/2026 12:22:45

Protocolo 000728-044/2026

Dr. Raphael Henrique de Sena Oliveira

2ª Promotoria de Justiça - Vila Rica

Instância: 1ª instância	Data Entrada: 06/05/2026 20:50:46	Data Instauração: 06/05/2026
Nº único:	Processo:	Nº Inquérito:
Nº Processo Origem:		Comarca: Vila Rica
Número Protocolizadora:		
Código TJ/Apolo:	Número Ouvidoria:	Protocolo Eletrônico: Sim
E-mail Interessados:		Sigiloso:
Local Atual (Detentor Atual):		

Centro Administrativo - Vila Rica (Clodoaldo Anjos de Souza)

Resumo:

Objetivo de disciplinar, coordenar e acompanhar integralmente todos os trabalhos e o processo eleitoral 2026, nesta Comarca.

Classificação Taxonômica

Área: Eleitoral

Classe: (910034) Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil -> Procedimento Administrativo -> PROCEDIMENTOS DO MP -> EXTRAJUDICIAIS

Assunto: * (11901) Recomendação -> Ato Normativo -> Atos Administrativos -> DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO * (11667) Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada (Lei N. 9.504/97 - 36, §3º e 36-A) -> Propaganda Política - Propaganda Eleitoral -> Eleições -> DIREITO ELEITORAL

Partes

Requerente:
Ministério Público do Estado de Mato Grosso - Rua 4, Quadra
11, Nº 237 - Centro Político Administrativo

* (11667) Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada (Lei N. 9.504/97 - 36, §3º e 36-A) -> Propaganda Política - Propaganda Eleitoral -> Eleições -> DIREITO ELEITORAL; * (11901) Recomendação -> Ato Normativo -> Atos Administrativos -> DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO;

Requerido:
A apurar - Ni

* (11667) Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Extemporânea/Antecipada (Lei N. 9.504/97 - 36, §3º e 36-A) -> Propaganda Política - Propaganda Eleitoral -> Eleições -> DIREITO ELEITORAL; * (11901) Recomendação -> Ato Normativo -> Atos Administrativos -> DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO;





RECOMENDAÇÃO Nº. 01/2026

Procedimento Administrativo Eleitoral SIMP n.º 000728-044/2026

Destinatários:

Excelentíssimo Senhor Prefeito de Vila Rica: **João Salomão Pimenta**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal: **Isley Borges da Silva**

Objeto: Recomenda providências preventivas em relação à violação das normas eleitorais em eventos culturais, emancipação política e entre outros eventos oficiais.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL**, por intermédio da Promotora de Justiça Eleitoral que abaixo subscreve, com fundamento nos artigos 127 da Constituição Federal, 26, VII, 27, § único, IV da Lei Ordinária Federal n.º 8.625/93 (LONMP), 6.º, XX, da Lei Complementar 75/93, Lei Federal n.º 9.504/97 (Lei das Eleições) e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, devendo, para tanto, proceder ao acompanhamento de todas as fases do processo eleitoral (art. 72 da Lei Complementar Federal n.º 75/93);

CONSIDERANDO ser atribuição legal do Ministério Público expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover (art. 6.º, inciso XX da LC75/93 e artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93);

CONSIDERANDO que a democracia pressupõe liberdade e autonomia do eleitor na escolha de seus candidatos;



CONSIDERANDO que o artigo 14, § 9.º, da Constituição Federal estabelece como condição para a normalidade e legitimidade do regime democrático eleitoral a inexistência de qualquer conduta que possa caracterizar abuso de poder político, econômico, ou a prática de qualquer das condutas vedadas aos agentes públicos em ano eleitoral;

CONSIDERANDO que o abuso do poder econômico e do poder político, como também o uso indevido dos veículos e meios de comunicação social, constituem expedientes que atentam contra a isonomia de oportunidades dos candidatos e contra a liberdade de escolha dos eleitores, afetando a normalidade e a legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO os termos da Lei Federal n.º 9.504/97, art. 36, § 2º, que determina o início da propaganda eleitoral a partir de 16 de agosto do ano das eleições, in verbis: "**A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 15 de agosto do ano da eleição**";

CONSIDERANDO que o artigo 73, IV, da Lei n.º 9.504/97, diz ser proibido "**fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público**";

CONSIDERANDO que o artigo 73, § 10, da Lei n.º 9.504/97, veda a distribuição de brindes em ano eleitoral por parte do Poder Público;

CONSIDERANDO que o artigo 39, § 7º da Lei n.º 9.504/97 veda a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral;

CONSIDERANDO que a utilização de festas de grande porte com a participação da população em geral como, por exemplo, aniversário do município, festa do(a) padroeiro(a), carnaval, inclusive, fora de época, vaquejada, exposição agropecuária etc., para promover candidatos ou partidos caracteriza abuso de poder econômico ou político, dependendo da origem dos recursos utilizados para custeá-la, sujeitando o seu responsável ou beneficiário à cassação do registro ou do diploma, além de inelegibilidade para as eleições que se realizarem no período de 08 anos subsequente nos termos do artigo 22, inciso XIV, da Lei Complementar n.º 64/90;

CONSIDERANDO, finalmente, que diversos gestores costumam custear eventos



relacionados a períodos festivos em seus respectivos municípios, principalmente na época de comemorações de emancipação política;

RESOLVE RECOMENDAR a todos os agentes públicos (Prefeito, Vice-prefeito, Secretários Municipais, Vereadores e demais agentes públicos) que venham a realizar ou de qualquer forma apoiar festejos nesse ano eleitoral de 2026, o seguinte:

1) Que se abstenham de:

a) Realizar qualquer **promoção pessoal, mediante exposição de NOMES, IMAGENS ou VOZ de quaisquer pessoas, através de faixas, cartazes, plotagem de veículos, adesivos, fotografias, vídeos, gravações, enfim, quaisquer meios de divulgação que venham a ferir o PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE disposto no art. 37, caput, e seu parágrafo 1.º da Constituição Federal, assim como, art. 36, § 36º, da Lei Federal nº 9.504/97;**

b) Utilizar ou distribuir camisetas, bonés, abadás ou quaisquer brindes que contenham pedido explícito ou implícito de votos, números ou símbolos de pré-candidato ou de partido político, em violação ao artigo 39, § 6º, da Lei n.º 9.504/97;

2) Se abstenham de realizar ou de autorizar a realização de discursos, de falas, de agradecimentos ou de exposições pessoais do prefeito, do vice-prefeito, de vereadores, deputados, senadores, governadores, presidente, de dirigentes de Partidos Políticos e/ou de pré-candidatos durante a realização dos eventos (abertura, encerramento, intervalos entre bandas e rodeios etc.);

3) Realizem orientações e advertências expressas, inclusive por meio de atos normativos internos e/ou cláusulas contratuais, aos agentes públicos, aos servidores, aos colaboradores, aos locutores, aos anunciantes, aos animadores, aos cantores, aos patrocinadores e aos demais partícipes dos eventos no sentido de que se abstenham de proferir citações, elogios, cumprimentos e agradecimentos pessoais aos integrantes da Administração Pública contratante, bem como aos vereadores, deputados, senadores, presidente, aos dirigentes de Partidos Políticos e aos pré-candidatos, como forma de exposição e de promoção de nomes ao público espectador.



RESSALTA que a inobservância de tais proibições poderão dar ensejo à Representação por parte do Ministério Público Eleitoral desta Zona contra os responsáveis pelo seu descumprimento, com pedido de condenação pela prática de propaganda eleitoral antecipada, e, conseqüentemente, aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), como reza o art. 36, 3.º da Lei n.º 9.504/97, sem prejuízo da apuração de eventual ocorrência de abuso de poder econômico ou político.

Referida conduta poderá ainda configurar tipo legal de ato de improbidade administrativa, sujeitando o agente público às penas dispostas na Lei Federal n.º 8.429/92 e da conduta vedada prevista no artigo 73, inciso IV e § 5.º, da Lei n.º 9.504/97 (Lei das Eleições).

REQUISITA-SE, outrossim, ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal:

- 1) Que transmitam essa Recomendação a todos os agentes públicos do ente municipal, com o fim de dar-lhes ciência das orientações e das proibições aqui indicadas;
- 2) Que disponibilizem a presente recomendação nos sites do Município e da Câmara Municipal;
- 3) Que informe ao Ministério Público Eleitoral, em até 30 (trinta) dias, se o Município patrocinará ou subvencionará algum evento e/ou festa privada com verbas dos cofres municipais;
- 4) Que enviem, em até 05 (cinco) dias corridos, informação sobre o acatamento ou não da presente recomendação e comprovação de cumprimento das orientações aqui realizadas;

Informo que resposta poderá ser encaminhada exclusivamente por petição namentado eletrônico através do link: <https://promotoriavirtual.mpmt.mp.br/portal> – Promotoria Virtual → Peticionamento Eletrônico → Registro nº **000728-044/2026**.

Em caso de não acatamento, o Ministério Público poderá adotar as providências administrativas e judiciais cabíveis à espécie.



Vila Rica/MT, na data da assinatura eletrônica.

RAPHAEL HENRIQUE DE SENA OLIVEIRA

Promotor de Justiça Eleitoral



Rua Cláudio Manoel N°. 250
Bairro Inconfidentes
CEP 78645-000
Vila Rica/MT



Telefone: (66) 99281-7656



Web: www.mpmt.mp.br
Email: vilarica@mpmt.mp.br

Protocolo: 000728-044/2026 ID: 82808321 | 5

Este documento foi incluído por: Raphael Henrique de Sena Oliveira - 2ª Promotoria de Justiça - Vila Rica, em 07/05/2026 09:01:35
Assinado eletronicamente por: RAPHAEL HENRIQUE DE SENA OLIVEIRA em: 07/05/2026 09:01:42
Link para validação do documento: <https://www.mpmt.mp.br/transparencia/include.php?id=174&token=7546150f-f990-4229-b366-cb7233c337b0>

